

PRINCIPAIS DIFICULDADES NA COMERCIALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA RURAIS NO BRASIL

FERNANDA DA SILVA NOLASCO¹; PROF. DR. MARIO DUARTE CANEVER²;

¹ Universidade Federal de Pelotas - Autor – proffernolasco@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – Orientador – caneverm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Economia de mercado premia a competição. O mercado se tornou competitivo, possibilitando a escolha de variedades de produtos, preços, e a disponibilidade deles em variados locais. Isso é positivo, mas a necessidade de ser competitivo premia apenas poucos, os melhores. Todavia, a solidariedade entra neste processo para criar uma sociedade mais igualitária, um mercado de produção e consumo organizado por meio de associações, cooperativas, o que Singer (2002) destaca como empresas solidárias, nas quais os sócios têm as mesmas responsabilidades, o mesmo capital — e, por conta disso, direito a votos nas decisões da gestão, produção e comercialização — e, portanto, a busca pelo mesmo resultado, tendo como foco a produção, a distribuição, o consumo, a poupança e o crédito, por meio da organização coletiva de trabalho com o objetivo principal da autogestão[2].

Santos et al. (2013) destacam que a ES surge no Brasil por conta da aceleração do desemprego nas décadas de 1980 e 1990, colaborando para o crescimento de movimentos sociais envolvidos nas iniciativas da geração de trabalho e renda para as classes populares mais afetadas pela situação do desemprego.

A partir de 2005, os EES passaram por um mapeamento, realizado via banco de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Este primeiro mapeamento, identificou aproximadamente 18 mil empreendimentos.. Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando aproximadamente a 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. Após, o segundo mapeamento foi realizado entre 2009 e 2010, publicado em 2013, e abrangeu os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também políticas públicas voltadas à Economia Solidária (PPES), sendo este objeto deste estudo. (ATLAS DIGITAL, 2013).

De acordo com Bouroullec (2010), as dificuldades passam por incertezas criadas na necessidade da comercialização entre agentes que dependem mutuamente, em investimentos específicos, como os ativos humanos e de marca. Assim, os contratos não são isoladamente suficientes para gerenciar as transações de fornecimento de produtos entre organizações brasileiras no comércio justo internacional.

Diante desse cenário, nesta pesquisa, traz-se elementos sobre dificuldades na comercialização dos EES Rurais no Brasil.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado através do Banco de Dados existente no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), referente ao Mapeamento realizado entre 2009 e 2010 com 19.708 Empreendimentos de Economia Solidária, publicado em 2013. Esse levantamento é um censo e é o último conjunto amplo de dados disponíveis no Brasil sobre os Empreendimentos de Economia Solidária.

Os dados foram importados para posteriores análises. Assim sendo, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e quantitativa, com análise de dados secundários. As técnicas de análise são detalhadas a seguir (ATLAS DIGITAL, 2013).

Inicialmente, é importante destacar que a análise dos dados ocorreu entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019, com uso do Software SPSS v. 23. O banco de dados extraído é composto por 171 questões, das quais analisaram-se 14, uma vez que as demais não fazem parte do objetivo do trabalho. Na prática, o banco de dados continha 19.708 empreendimentos, como foram excluídos da análise aqueles não alocados em empreendimentos rurais, foco deste trabalho, restaram 9.722 empreendimentos rurais, sendo esta a amostra deste trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos dados analisados, foi possível descrever as dificuldades encontradas na comercialização de produtos e/ou serviços dos EES Rurais no Brasil. De acordo com os dados secundários do SIES, do total de 9.722 EES analisados, apenas 51,8% respondeu essa questão, destes, mais de 33% respondeu que sim sobre encontrar dificuldades na comercialização, sendo possível ver na Tabela 01 a seguir:

Tabela 1: Dificuldades encontradas na comercialização de produtos e/ou serviços por parte dos EES Rurais

Dificuldades encontradas	Frequência	Percentual
Sim	3.246	33,4
Não	1.788	18,4
Não responderam	4.688	48,2
Total	9.722	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

A seguir, na Tabela 02 apresenta as principais dificuldades encontradas na comercialização. Observa-se que quase metade da amostra apresentou dificuldades devido à falta de capital de giro, seguido do custo elevado de transportes e precariedade das estradas.

Tabela 2: Principais dificuldades encontradas na comercialização de produtos pelos EES Rurais

Principais dificuldades encontradas	Frequência	Percentual de casos (%)
Falta de capital de giro	1.618	49,80
Dificuldade ou custo elevado de transporte	1.543	47,50



Precariedade das estradas para escoamento da produção	1.351	41,60
A concorrência, os atravessadores, a existência de monopólios	1.306	40,20
Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.) inadequada	1.235	38,00
Os preços praticados são inadequados	1.038	32,00
Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	901	27,80
Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.)	745	23,00
O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes	665	20,50
Os clientes exigem um prazo para o pagamento	595	18,30
Falta de registro sanitário ou alvará	541	16,70
Não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização	457	14,10
O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar	379	11,70
Os compradores só compram em grande quantidade	373	11,50
Outra dificuldade	322	9,90
Os produtos não são conhecidos	289	8,90
Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação etc.)	205	6,30
Total	13.563*	

*Dos 9.722 estabelecimentos, apenas 3.246 (responderam à questão referente à Tabela 2). O total da amostra para esta questão foi de 13.563, por se tratar de uma pergunta de múltipla escolha.
Fonte: dados da pesquisa.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se com este estudo e com base na análise sobre as principais dificuldades na comercialização dos 9.722 EES Rurais no Brasil, evidenciou-se que a maioria dos empreendimentos possui dificuldades de comercialização, sendo que a mais comum

é a falta de capital e giro, seguido por dificuldade ou custo elevado de transporte, precariedade das estradas para o escoamento da produção e questões estruturais. De acordo os resultados vão ao encontro aos autores, MENDONÇA (2011), o qual apontou que os empreendimentos econômicos solidários no Brasil apresentam dificuldades de capital de giro e logística. Também há uma convergência com os apontamentos de SILVA (2014), os quais ressaltam que dentre as dificuldades existentes, está o elevado custo de transporte.

Outro ponto, quanto as questões estruturais, CARDOSO (2018) identificou que as dificuldades passam por questões estruturais, pelas restrições em recursos produtivos, dificuldades para acessar os mercados institucionais, por questões burocráticas e políticas que impossibilitam a comercialização, como a falta da nota fiscal.

Contudo, seria interessante novos estudos para buscar mais informações dos EES Rurais no Brasil, para verificar os avanços das dificuldades encontradas nesta pesquisa, sendo estes aspectos importantes para sobre perspectiva da comercialização e no desenvolvimento dos EES Rurais do Brasil. Desta forma, deixando-nos uma possibilidade de novas pesquisas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

SINGER. Paul, Introdução à Economia Solidária. 1ª Ed. São Paulo/SP – Editora: Fundação Perseu Abramo. 2002.TAUILE. José Ricardo. Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária. UFRJ. Junho de 2001.

Artigo

BOUROULLEC, Melisse Dantas Machado e Luiz Fernando Paulillo – Governanças Hibridas Complementares aos contratos no comércio justo citrícola internacional. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v17n4/a10v17n4> ,. Acesso em: 15 de Maio de 2019.

CARDOSO, Bruno Diego Alcantra, Gabriel Sgrignoli Mello, Milton Augusto Pasquotto Mariani, Élcio Gustavo Benini e Geraldino Carneiro de Araújo. Comercialização no Agronegócio. Um estudo sobre assentamentos da reforma agrária no contexto da Economia Solidária. Disponível em: Revista em Agronegócio e Meio Ambiente, Maringá (PR). 2018.

MENDONÇA, H. 2011. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br. Acesso em: 27 jan. 2019.

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos; VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio; BORINELLI, Benilson. ECONOMIA SOLIDÁRIA E ESTRATÉGIA: ENTRE PRINCÍPIOS E PRAGMATISMO. Revista Ibero Americana de Estratégia, vol. 12, núm. 4, octubre-diciembre, 2013, pp. 261-278.

SILVA, Sandro Pereira. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: Apontamentos iniciais para o Debate – Revista Mercado de Trabalho – IPEA, PG.57 – Agosto de 2014.

Documentos eletrônicos

ATLAS DIGITAL – Economia Solidária. Disponível em <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em 19 de dezembro de 2018.

[1] Amartya Sem – Livro Desenvolvimento como liberdade.

[2] Para que autogestão se realize é preciso que todos os sócios se informem da situação da empresa, e das alternativas para resolver cada problema. (Singer, 2002, p19)